Aspectos socioprodutivos de agricultores familiares beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Icatu – MA

Socio-productive aspects of family farmers who are beneficiaries of the Food Purchase Program (PAA) in the Municipality of Icatu – MA

DOI:10.34117/bjdv7n2-465

Recebimento dos originais: 23/01/2021
Aceitação para publicação: 23/02/2021

Bianca da Cunha Barbosa
Graduanda em Zootecnia pela Universidade Estadual do Maranhão
Universidade Estadual do Maranhão
Cidade Universitária Paulo VI, Avenida Lourenço Vieira da Silva, n° 1000, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís – MA
E-mail: biancabarbosa928@gmail.com

Vanessa Sá Alves
Graduanda em Zootecnia pela Universidade Estadual do Maranhão
Universidade Estadual do Maranhão
Cidade Universitária Paulo VI, Avenida Lourenço Vieira da Silva, n° 1000, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís – MA
E-mail: vana6655@gmail.com

Izaias Polary Bezerra
Mestrando em Defesa Sanitária Animal pela Universidade Estadual do Maranhão e Médico Veterinário pela Secretaria Municipal de Agricultura, Município de Icatu - MA
Universidade Estadual do Maranhão
Cidade Universitária Paulo VI, Avenida Lourenço Vieira da Silva, n° 1000, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís – MA
E-mail: ipolary@gmail.com

Francisco Carneiro Lima
Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista-Campus de Jaboticabal
Universidade Estadual do Maranhão
Cidade Universitária Paulo VI, Avenida Lourenço Vieira da Silva, n° 1000, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís – MA
E-mail: fcarneiro2020.lima@gmail.com

Danilo Cutrim Bezerra
Doutor em Biotecnologia pela Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal
Universidade Estadual do Maranhão
Cidade Universitária Paulo VI, Avenida Lourenço Vieira da Silva, n° 1000, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís – MA
E-mail: danilocbezerra15@gmail.com

Nancyleni Pinto Chaves Bezerra
Doutora em Biotecnologia pela Rede Nordeste de Biotecnologia
Universidade Estadual do Maranhão
Cidade Universitária Paulo VI, Avenida Lourenço Vieira da Silva, n° 1000, Bairro Jardim São Cristóvão, São Luís – MA
E-mail: nancylenichaves@hotmail.com

RESUMO
Objetivou-se com o estudo avaliar os aspectos socioprodutivos de agricultores familiares beneficiários Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Icatu – MA, referente ao período de 2017 a 2019. Para o alcance do objetivo, o estudo foi dividido em três etapas: (1) pesquisa bibliográfica documental, por meio do acesso aos relatórios (arquivos eletrônicos) da Secretaria Municipal de Agricultura, referente aos anos de 2017 a 2019; (ii) pesquisa de campo, fundamentada em entrevista com o médico veterinário da referida Secretaria; e, (iii) registros fotográficos para melhor análise das condições produtivas dos alimentos fornecidos ao PAA. Foram consideradas, no levantamento, as seguintes variáveis: modalidade do PAA no município; número de agricultores familiares fornecedores do PAA; gênero dos agricultores; atividade desempenhada; produção em kilos (kg) de alimentos e número de pessoas beneficiadas. Com o levantamento dos dados foram quantificados 53 agricultores familiares, sendo 27 do gênero feminino e 26 do gênero masculino. A totalidade dos agricultores familiares praticavam a agricultura familiar simples com a produção de frutas e hortaliças centralizada na zona rural do município. Foi identificada ainda, a produção total de 60.650 kg de alimentos e o beneficiamento direto de 1.150 pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar. Com base nos resultados obtidos conclui-se que o programa não está livre de críticas e desafios, mas, é indiscutível a constatação de que o PAA atinge resultados positivos ao oportunizar aos agricultores familiares e o meio rural, segurança de mercado e garantia de preços, com a geração de condições para o enfrentamento da vulnerabilidade alimentar e nutricional de centenas de famílias icatuenses por meio da inclusão social no meio rural. Adicionalmente, ainda que seja recente sua trajetória no município estudado, o programa tem conseguido legitimidade social, firmando-se em um instrumento capaz de estimular o desenvolvimento local, garantindo a segurança alimentar.

Palavras-chave: Agricultura familiar, segurança alimentar, doação simultânea, política pública

ABSTRACT
The objective of the study was to evaluate the socio-productive aspects of family farmers linked to the Food Acquisition Program (PAA) in the municipality of Icatu - MA, for the period from 2017 to 2019. To achieve the objective, the study was divided into three stages: (1) documentary bibliographic research, through access to reports (electronic files) of the municipality's Secretariat of Agriculture, referring to the years 2017 to 2019; (ii) field research, based on an interview with the veterinarian of the said Secretariat; and, (iii) photographic records for a better analysis of the productive conditions of the food supplied to the PAA. The following variables were considered in the survey: PAA modality in the municipality; number of family farmers who supply the PAA; gender of farmers; activity performed; production in kilos (kg) of food and number of people benefited. With the survey of the data, 53 family farmers were quantified, being 27 females and 26 males. All family farmers practiced simple family farming with the production of fruit and vegetables centralized in the rural area of the municipality. The

total production of 60.650 kg of food was also identified, with the direct processing of 1.150 people in a situation of food vulnerability. Based on the results obtained, it can be concluded that the Program is not free from criticism and challenges, but it is unquestionable the recognition that the PAA achieves positive results by providing family farmers and rural areas with market security and guaranteeing compensatory prices, creating conditions for overcoming the food and nutritional vulnerability of hundreds of icatuense families through social inclusion in rural areas. Additionally, even though its trajectory in the studied municipality is recent, the program has achieved social legitimacy, consolidating itself in an instrument capable of stimulating local development, guaranteeing food security.

Keywords: Family farming, food security, simultaneous donation, Public policy.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de agricultura familiar (AF) no Brasil surgiu da compreensão de que o meio rural brasileiro congrega diversas formas de organização social pautadas na produção familiar e com forte impacto nas economias locais, definidas muitas vezes por seu enraizamento territorial e histórico (agricultores tradicionais de pequena produção, comunidades indígenas e quilombolas, ribeirinhos, assentados de reforma agrária etc.). Essas famílias, desassistidas historicamente pelo poder público, têm demandas de bens e serviços públicos diferenciados, e de igual forma apresentam ligações de diversos tipos com o ambiente urbano em seus municípios (SILVA, 2012; SOUZA; SILVA; SILVA, 2012).

Conforme o conceito de AF se fortaleceu no meio acadêmico e nas organizações representativas dos agricultores familiares, o Estado brasileiro foi pressionado a garantir, por meio de políticas públicas, o reconhecimento da AF enquanto um segmento socioprodutivo importante para o desenvolvimento rural e também o atendimento de demandas produtivas e sociais (KAGEYAMA, 2008; SILVA; DIAS; SILVA, 2014).

Em 2003, diante de mudanças no cenário político brasileiro e a criação do Programa Fome Zero, houve o incentivo ao desenvolvimento de políticas específicas para agricultores familiares, por meio de políticas estruturais voltadas à redistribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, bem como, as políticas específicas e locais (ROGRIGUES, 2017; HENZ; HESPANHOL, 2019).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído pela Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003 do governo federal, tem como um de seus principais objetivos facilitar o acesso dos agricultores familiares aos mercados institucionais (BRASIL, 2014). Efetivamente, o público beneficiário do programa é composto por produtores e

consumidores. No primeiro grupo estão os agricultores familiares, assentados de reforma agrária, acampados, agroextrativistas, quilombolas, atingidos por barragens e indígenas. E no segundo grupo, as populações em situação de insegurança alimentar (BRASIL, 2010).

O PAA foi desenvolvido com recurso do antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), cujas funções foram atribuídas ao Ministério da Cidadania, atualmente conhecido como Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (SEDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo uma das ações do Programa Fome Zero. Por meio do PAA, a distribuição de alimentos às populações em situação de vulnerabilidade alimentar é promovida com o fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2014).

Nesse interim destaca-se a definição de agricultura familiar constante no Artigo 3º da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 e adotada pelo PAA:

> É considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: 1) não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; 2) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo poder executivo; 4) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, p. 7).

Para Libânio e Cirino (2020), o PAA utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Com isso, classifica-se o PAA como um programa de apoio à comercialização e à distribuição dos produtos alimentícios fornecidos pelos agricultores familiares.

A execução do PAA é fundamentada em múltiplas modalidades, com o envolvimento de diferentes atores, a fim de ampliar a escala e a capilaridade do programa, são elas: (i) compra com doação simultânea; (ii) compra direta; (iii) formação de estoques; (iv) incentivo à produção e ao consumo de leite – PAA Leite; (v) compra de sementes; e (vi) compras institucionais. Essas modalidades são executadas em todo o território nacional por meio de parcerias dos ministérios (MDS e MDA) com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e governos estaduais e municipais (WWP, 2017).

Agapto *et al*. (2012), Lopes e Almeida (2012) e Santos *et al*. (2012) analisaram a execução do PAA e de forma geral, consideram que o programa contribuiu para a

formação de mercado consumidor para os agricultores familiares, propiciando para os mesmos melhores preços, diminuição da dependência de atravessadores, aumento da quantidade e qualidade da produção e geração de renda no campo. Mas, também apontam falhas no programa como atrasos nos prazos de entrega e no cronograma de desembolsos, assim como a necessidade de gestão mais eficiente dos projetos desde a sua elaboração até a sua consecução.

Ainda nesse enfoque, Grisa *et al*. (2017) destacaram que o PAA apresentou trajetória ascendente no que se refere aos quesitos recursos financeiros e agricultores atendidos, no período 2003-2012. Contudo, a partir de 2013, em função do aumento das regras formais e dos documentos exigidos e rigidez na fiscalização, a execução orçamentária do PAA diminuiu pela metade em 2015.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe como problema de pesquisa a avaliação do PAA, no município de Icatu, Maranhão e como objetivo avaliar os aspectos socioprodutivos de agricultores familiares vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no referido município, referente ao período de 2017 a 2019.

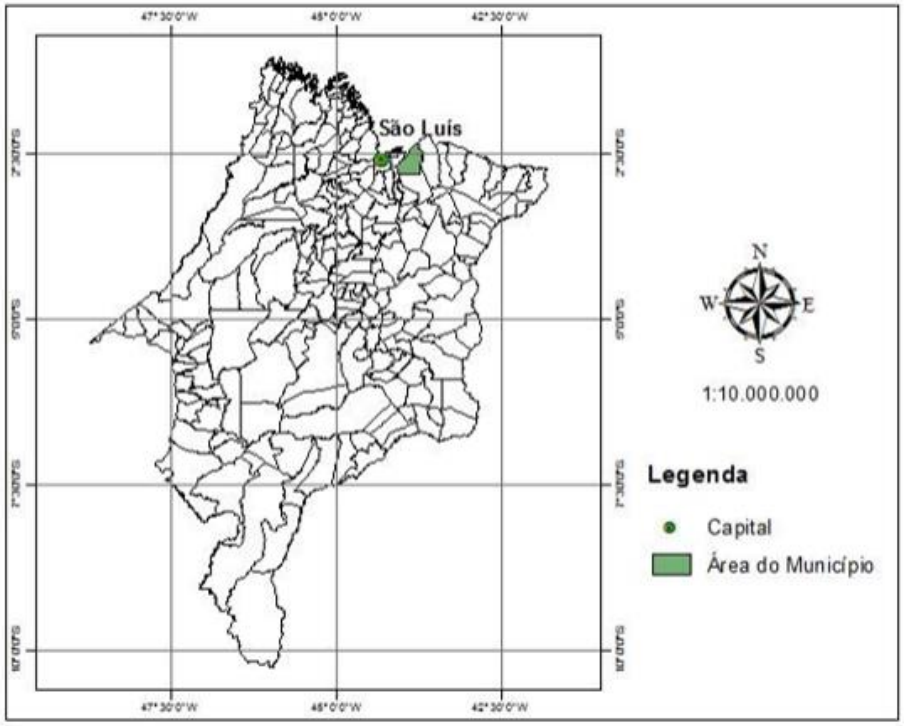
2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 LOCAL DE ESTUDO

Como unidade de análise optou-se por centrar as discussões no município de Icatu que está inserido na mesorregião Norte maranhense, na microrregião Rosário (Figura 1), compreendendo uma área de 1.449 km², população de aproximadamente 25.147 habitantes e densidade demográfica de 17,35 habitantes/km² (IBGE, 2010). Limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico e com o município de Humberto de Campos; ao Sul com Morros e Axixá; a Leste com Humberto de Campos e Morros e, a Oeste, com São José de Ribamar e o Oceano Atlântico (CORREIA FILHO *et al*., 2011).

Pecuária, extrativismo vegetal, pesca, lavoura permanente e temporária, transferências governamentais, setor empresarial e o trabalho informal são as principais fontes de recursos para o município de Icatu-MA (CORREIA FILHO *et al.*, 2011).

Figura 1. Localização geográfica do município de Icatu, estado do Maranhão



Fonte: Correia Filho *et al*. (2011).

2.2 ETAPAS DO ESTUDO

Para o alcance dos objetivos da pesquisa foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos, divididos em três etapas: (1) pesquisa bibliográfica documental, por meio do acesso aos relatórios (arquivos eletrônicos) da Secretaria Municipal de Agricultura de Icatu-MA, referente aos anos de 2017 a 2019. (ii) pesquisa de campo, fundamentada em entrevista com o médico veterinário da referida Secretaria; e, (iii) registros fotográficos para melhor análise das condições produtivas dos alimentos fornecidos ao PAA. As etapas 2 e 3 foram realizadas no ano de 2020.

Os dados avaliados [modalidade do PAA no município, agricultores fornecedores do PAA (número, gênero dos agricultores e atividade desempenhada), produção em kilos (kg) e número de pessoas beneficiadas] foram obtidos dos arquivos eletrônicos, analisados e discutidos posteriormente.

2.3 ANÁLISE DE DADOS E AUTORIZAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO

As informações levantadas foram armazenadas em um banco de dados utilizando o programa *Microsoft Access*®. Utilizou-se a análise estatística descritiva por meio de distribuições absoluta e relativa para expressar os dados obtidos nesta pesquisa. O

presente estudo teve permissões especiais da Prefeitura Municipal de Icatu-MA por meio do Secretário de Agricultura do Município para sua realização.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

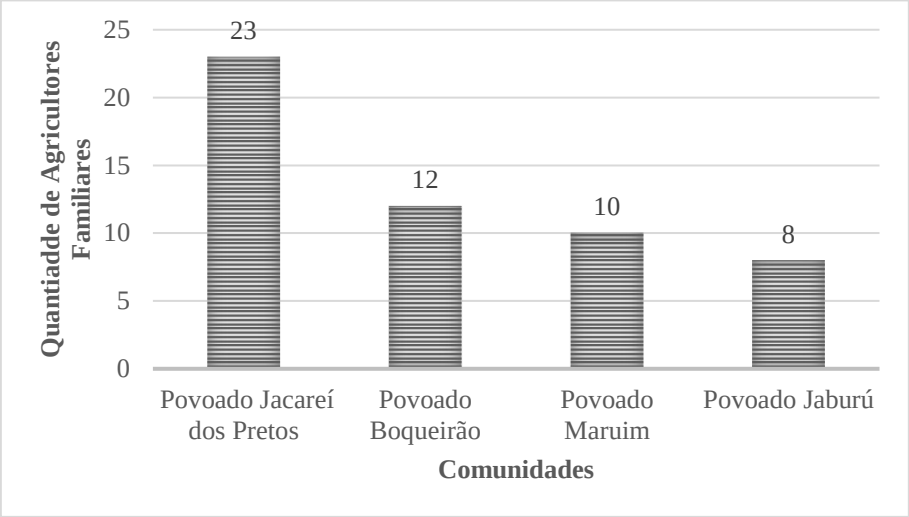
Dos 217 municípios maranhenses, 104 já aderiram ao PAA, o que reforça a relevância desse programa para a inclusão socioprodutiva e o desenvolvimento local dos agricultores familiares no estado do Maranhão, de modo a contribuir para a minimização das desigualdades sociais e econômicas[1]. O município de Icatu aderiu a esse programa, na modalidade de Compra com Doação Simultânea (CDS[2]) em um momento que as políticas públicas são delineadas para o fortalecimento da agricultura familiar com ações de segurança alimentar e nutricional (SAN) de populações carentes.

Para Grisa *et al*. (2011), o maior desempenho do PAA ficou concentrado na modalidade CDS que opera com recursos do MDS. Para os pesquisadores, o êxito desta modalidade em relação às demais se deu pelo fato desta [...] incentivar a diversificação, na medida em que conecta a oferta da produção familiar a uma demanda diversificada, como as hortaliças, frutas dentre outros, obtidos direto do agricultor para serem entregues as entidades beneficiárias do programa[...]". Situação constatada no município de Icatu – MA nas três etapas do estudo.

Conforme informações obtidas no estudo, quatro comunidades icatuenses localizados na zona rural do Município participaram do PAA, totalizando 53 agricultores familiares quantificados no período avaliado (Figura 2). As comunidades quilombolas de Jacareí dos Pretos (n=23/53; 43,40%), Boqueirão (n=12/53; 22,64%), Maruim (n=10/53; 18,87%) apresentaram o maior quantitativo de produtores participantes do PAA. Destaca-se, também, a comunidade de assentados Jaburú com 15,09% (n=8/53) dos agricultores familiares envolvidos no referido programa.

[1]As informações do quantitativo de municípios maranhenses participantes do PAA foram disponibilizados pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Estado.
[2]**Modalidade Compra com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos**: A modalidade do PAA CDS destina-se à aquisição de alimentos da agricultura familiar com vistas à doação a populações em situação de vulnerabilidade alimentar atendidas por entidades sociais de caráter governamental e não-governamental. Via Conab (R$ 8.000,00) e via Termo de Adesão (R$ 6.500,00) (BRASIL, 2017).

Figura 2. Comunidades (n=4) e agricultores familiares (n=53) beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Icatu – MA, anos de 2017 a 2019



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Os resultados acima evidenciam que em conformidade com a concepção do PAA, a execução do mesmo em Icatu – MA, privilegia os setores de agricultores familiares menos capitalizados e organizados, que seriam o principal foco de atuação do programa, por exemplo, os quilombolas e assentados.

Segundo informações coletadas em vídeos premiados pela CONAB no ano de 2012 (BRASIL, 2012), quilombolas apontam como positiva a sua inserção no PAA, por lhes possibilitar melhores condições de manutenção de seus meios e modos de vida, mas questionam e sugerem alterações no tratamento do Estado e governos com relação aos parâmetros, normas, regulamentos e procedimentos formais burocráticos exigidos para participação e gestão do PAA, demonstrando inadequações, dificuldades centralmente legais e formais para acesso desses grupos nessa política pública.

Com o estudo realizado foi possível identificar o gênero dos 53 agricultores familiares cadastrados no PAA. E, observou-se distribuição equitativa entre mulheres (n=27/53; 50,94%) e homens (n=26/53; 49,06%). Em análise ao PAA no ano de 2019, a CONAB (BRASIL, 2020) constatou que a participação feminina chegou a 80% em comparação à masculina. Esse levantamento indicou o fortalecimento da capacidade produtiva e a tendência da presença das agricultoras por meio do cooperativismo e do associativismo. O levantamento estratifica, ainda, a participação do gênero feminina por região geográfica brasileira, da seguinte forma: Sudeste (88%), Nordeste (84%), Centro-Oeste (80%), Norte (67%) e Sul (65%).

Constata-se que o incentivo à maior participação do gênero feminino no PAA integrou as políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor a partir de 2011 com a

institucionalização da Resolução nº 44 do Grupo Gestor do PAA (BRASIL, 2011). Consta nessa Resolução como um dos critérios de priorização na seleção e execução do programa, a participação mínima de 40% de mulheres como beneficiárias fornecedoras na modalidade de CDS e 30% na de Formação de Estoque.

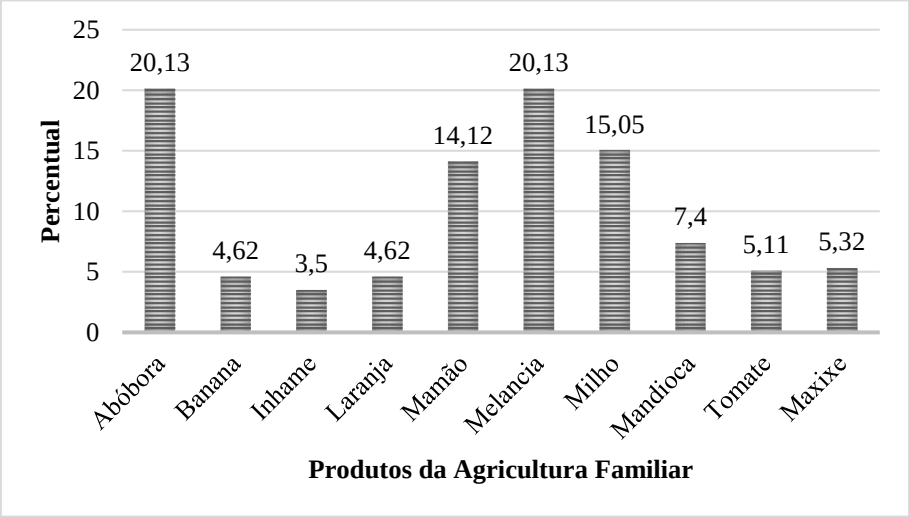
Infere-se que as ações de promoção da participação dos agricultores familiares do gênero feminino no PAA visam estabelecer relações de igualdade e de oportunidades no meio rural. Nesse interim, de acordo com a CONAB (BRASIL, 2015), a participação das mulheres produtoras rurais em atividades de comercialização, além de melhorar a renda, ajuda a promover a autonomia econômica. A presença cada vez maior do público feminino, combinada com os aumentos de limites do PAA nos últimos anos, elevou a renda da trabalhadora rural participante de R$ 3,4 mil em 2009 para R$ 6,5 mil no ano de 2015. Esse mesmo entendimento pode ser estendido para as trabalhadoras rurais integrantes do PAA em Icatu - MA.

Sobre a organização dos agricultores familiares em associação ou cooperativa, cita-se Aleixo, Cruz e Lima (2006) que destacam que o associativismo e o cooperativismo além de facilitar a concessão de crédito rural aos mesmos, promove a organização e a confiança mútua para a tomada de decisões importantes e a execução de ações, assim como forma de pressão por ações mais efetivas por parte do governo. Os pesquisadores acrescentam, ainda, que quando há maior organização, corporativismo e cooperativismo entre os pequenos produtores notam-se melhores índices de produção.

Para Mumic, Aguiar e Livramento (2015), os pequenos produtores rurais encontram dificuldades na comercialização de seus produtos no meio urbano e encontram nos incentivos e meios que a associação lhes oferece, oportunidades para se desenvolverem e competirem no mercado

Referente à produção agrícola executada pelos agricultores familiares icatuenses, esta é realizada em pequena escala, destinada ao consumo familiar e de pequeno excedente para comercialização. Mas, observou-se diversidade nos alimentos produzidos pelos agricultores familiares com destaque para as frutas e legumes. As culturas que figuram com maior percentual de produção são: abóbora (20,13%), melancia (20,13%), milho (15,05%) e mamão (14,12%) (Figura 3).

Figura 3. Média percentual de alimentos produzidos por agricultores familiares beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Icatu – MA, anos de 2017 a 2019



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

De acordo com informações, o valor pago aos alimentos produzidos é o mesmo praticado no mercado. Segundo Reis (2017) aspectos para a precificação dos alimentos são: (i) relação com os valores de mercado convencional; (ii) custos de produção agricultor; (iii) dependência de fatores externos à atividade humana, controlados ou não (ex.: estiagem, pragas, obrigações com o ciclo de defeso reprodutivo das espécies).

De acordo com Silva *et al.* (2020a), o Maranhão é um estado com forte potencial agropecuário, apresenta diversidade de produção e possui grande parte de sua comunidade rural que sobrevive dos frutos do trabalho da AF e fornece alimento para milhares de consumidores. O Estado, é composto por 217 municípios, com características semelhantes no que se refere à divisão fundiária e aos aspectos socioeconômicos em que predomina a pequena propriedade rural de base familiar. A economia, pautada na agropecuária, disponibiliza matérias-primas como frutas, hortaliças, grãos (arroz, feijão e milho), mandioca, ovos, carnes, leite e mel.

Com as etapas do estudo realizadas (1, 2 e 3), constatou-se que os agricultores icatuenses integrante do PAA produzem alimentos de manejo simples e acessível e sem a necessidade de grandes demandas de insumos (Figura 4), o que cumpre o propósito do PAA que é o incentivo a economia local e da divisão da renda familiar, sem necessariamente promover a riqueza do produtor rural. Contatou-se, ainda com a metodologia utilizada que alimentos produzidos atendem às normas sanitárias de órgãos executores a exemplo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

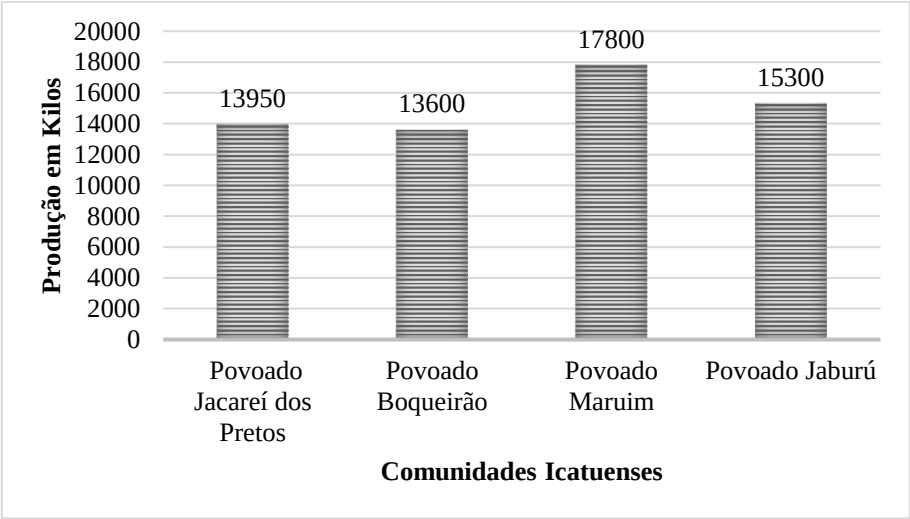
Figura 4. Área produtiva e agricultor familiar beneficiário do Programa de Aquisição de Alimentos do Município de Icatu - MA



Fonte: Arquivo do autor (2020).

Quanto ao volume de produção constatou-se que a comunidade de Maruim apesar de deter apenas 18,87% dos agricultores familiares beneficiários do PAA, apresentou a maior produção em kilos (kg) de alimentos, no período de 2017 a 2019. Já a comunidade de Jacareí dos Pretos, apesar de dispor do maior quantitativo de produtores rurais (43,40%) apresentou a segunda menor produção de alimentos (Figura 5).

Figura 5. Produção de alimentos em kilos (kg) adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Icatu - MA



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Pontua-se que mesmo com todo o potencial do município de Icatu para a agricultura familiar, observou-se baixa produtividade, o que suscita a discussão de maior apoio do governo, seja municipal, estadual e federal e em toda a cadeia produtiva. Adicionalmente, pontua-se que a falta de recursos financeiros e o pequeno número de profissionais que atuem na assistência técnica e extensão rural podem se configurar como possíveis gargalos para a situação evidenciada.

Sobre o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no sucesso das atividades agroprodutivas cita-se Silva *et al*. (2020b) que inferem "que esta é uma atividade essencial para o desenvolvimento sustentável da AF, sobretudo, no que se refere a inserção e viabilização de novas práticas produtivas".

O PAA icatuense fundamenta-se na compra da produção proveniente de agricultores familiares locais e a doação a famílias de baixa renda cadastradas nos programas sociais do governo federal. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a entidade destinada ao recebimento e repasse dos alimentos do PAA. No período do levantamento constatou-se que 1.150 pessoas foram beneficiadas.

A compra da produção dos pequenos agricultores, para a população icatuense carente, traduz o propósito do PAA que é o crescimento da economia local, saúde, educação e bem-estar da população, especialmente das crianças e adolescentes. Especificamente, para essa parcela da população, a aquisição de alimentos frescos e em condições higiênico-sanitárias adequadas, contribui para a melhoria na qualidade das refeições oferecidas e a garantia da segurança alimentar.

Os resultados/impactos do PAA sobre índices econômicos e sociais dos beneficiários do Programa são difíceis de mensurar e, portanto, não foi alvo desse estudo. Mas, é pertinente destacar que a meta direta do PAA é o fomento à agricultura familiar, à renda e ao enfrentamento das desigualdades sociais para a população desassistida e, nessa perspectiva o PAA no Município de Icatu – MA cumpre a meta proposta.

4 CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos conclui-se que o programa não está livre de críticas e desafios, mas, é indiscutível a constatação de que o PAA atinge resultados positivos ao oportunizar aos agricultores familiares e o meio rural, segurança de mercado e garantia de preços justos, com a geração de condições para o enfrentamento da vulnerabilidade alimentar e nutricional de centenas de famílias icatuenses por meio da inclusão social no meio rural. Adicionalmente, ainda que seja recente sua trajetória no

município estudado, o programa tem conseguido legitimidade social, firmando-se em um instrumento capaz de estimular o desenvolvimento local, garantindo a segurança alimentar.

REFERÊNCIAS

AGAPTO, J. P. *et al*. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. **Informações Econômicas**, v. 42, n. 2, p. 13-21, 2012.

ALEIXO, C. E. M.; CRUZ, C. E. B.; LIMA, P. V. P. S. A presença da produção animal como principal fonte de renda nos assentamentos de Reforma Agrária da Região Nordeste. In: CONGRESSO NORDESTINO DE PRODUÇÃO ANIMAL, Petrolina, 4., 2006, Petrolina. **Anais**... Petrolina: CNPA, 2006.

BRASIL. Ministério da Casa Civil. Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de jululho2006. Disponível em: http://www.planalto.gov. br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm.Acesso em: 12 nov. de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Organograma**. 2010. Disponível em: http://www.fomezero.gov.br/organograma. Acesso em: 12 nov. de 2020.

BRASIL. Resolução GGPAA n° 44, de 16 de Agosto de 2011. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, em 17 de agosto de 2011. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115529. Acesso em: 12 nov. de 2020.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Vídeos premiados do PAA. Prêmio PAA na tela.** Brasília, 23 de novembro de 2012. Disponível em: http://www.conab.gov.br/PAA_videos.php?a=1412&t=2. 12 nov. de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos**: PAA. 2014. Brasília. Disponível em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar.Acesso em: 12 nov. de 2020.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Cresce participação das mulheres no PAA**. 2015. Disponível: http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=36456. Acesso em: 03 nov. de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Segurança Alimentar:** Modalidades. 2017. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/modalidades-do-paa. Acesso em: 03 nov. de 2020.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. **Aumenta participação de mulheres na agricultura familiar, diz Conab**. 2020. Disponível: https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/participacao-de-mulheres-na-agricultura-familiar-chegou-a-80-em-2019-diz-conab/. Acesso em: 12 nov. de 2020.

CORREIA FILHO, F. L. et al. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado do Maranhão: relatório diagnóstico do município de o**

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GRISA, C. *et al*. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. **Society and Culture**, v. 20, n. 1, p. 13-38, 2017.

HENZ, C.; HESPANHOL, R. A DE M. O programa de aquisição de alimentos – PAA: a evolução de uma política pública múltipla. **Geosul**, v. 34, n. 72, p. 415-434, 2019

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LIBÂNIO, C. L. S; CIRINO, J. F. Avaliação de impacto do programa de aquisição de alimentos modalidade doação simultânea em Ponte Nova-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 2, p. e195705, 2020.

LOPES, D. E.; ALMEIDA, R. A. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Castilho-SP e em Andradina-SP. **Revista Pegada**, v. *13*, v. 1, p. 132-148, 2012.

MUMIC, B.; AGUIAR, K. A. P.; LIVRAMENTO, D. E. do. A importância do associativismo na organização de produtores rurais. **Revista de Iniciação Científica da LIBERTAS**, v. 5, n. 1, p. 5-22, 2015.

REIS, A. J. R. dos. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: análise da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comunidade de Itapari/Panaquatira no Município de São José de Ribamar/MA no período de 2011 a 2015**. 2017. 117p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

RODRIGUES, M. P. A trajetória recente do programa de aquisição de alimentos no Brasil e no Maranhão. *In*: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 8., 2017, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2017. p, 1-12.

SANTOS, A. R. et al. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos Estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 9-24, 2012.

SILVA, S. P. Território e estruturas de mercado para produtos tradicionais: o caso da produção familiar de cachaça no território Alto Rio Pardo (MG). **Revista Isegoria**, n. 02, p. 85-99, 2012.

SILVA, A. R. de A. et al. Agroindustrialização de frango caipira no estado do Maranhão: Caracterização socioeconômica de agricultores familiares e elaboração de planta baixa. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 43131-43146.

SILVA, A. R. De A. Planta baixa padrão para agroindustrialização do mel no estado do maranhão com vistas à geração de renda para agricultores familiares. *In*: Congresso Internacional da Agroindústria, 2020, On-line. **Anais** [...]. On-line: CIAGRO, 2020. p, 1-13.

SOUZA, E. F. M.; SILVA, M. G.; SILVA, S. P. A cadeia produtiva da mandiocultura no Vale do Jequitinhonha (MG): aspectos sócio-produtivos e geração de renda para a agricultura familiar. **Revista Isegoria**, n. 02, p. 74-85, 2012.

WORLD WITHOUT POVERTY. **As seis modalidades do PAA**. 2017. Disponível: https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2017/02/PAA_as_seis_modalidades_do_PAA_PT.pdf. Acesso em: 12 nov. de 2020.